



CMDCA

Conselho Municipal dos Direitos
da Criança e do Adolescente



Município de Paulo Frontin/ PR

PROVA DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS SOBRE OS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

1. Para os efeitos da Lei 8.069/1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente, considera-se:
 - a) Criança, a pessoa até 08 (oito) anos de idade incompletos e adolescente aquela entre 08 (oito) e 15 (quinze) anos de idade.
 - b) Criança, a pessoa até 10 (dez) anos de idade incompletos e adolescente aquela entre 10 (dez) e 17 (dezesete) anos de idade.
 - c) Criança, a pessoa até 12 (doze) anos de idade incompletos e adolescente aquela entre 12 (doze) e 18 (dezoito) anos de idade.**
 - d) Criança, a pessoa até 13 (treze) anos de idade incompletos e adolescente aquela entre 13 (treze) e 18 (dezoito) anos de idade.
 - e) Criança, a pessoa até 09 (nove) anos de idade incompletos e adolescente aquela entre 09 (nove) e 16 (dezesesseis) anos de idade.

2. Conforme previsto na Lei 8069/90 – Estatuto da Criança do Adolescente, assinale a alternativa correta:
 - a) É permitida a hospedagem de criança ou adolescente em hotel, motel, pensão ou estabelecimento congênere, desde que acompanhado por qualquer pessoa maior de 18 (dezoito) anos.
 - b) Nenhuma criança ou adolescente menor de 16 (dezesesseis) anos poderá viajar para fora da Comarca aonde reside desacompanhado dos pais ou responsáveis sem a expressa autorização judicial.**
 - c) É permitido que contenha nas revistas e publicações destinadas ao público infanto-juvenil ilustrações, fotografias, anúncios de bebidas alcoólicas, tabaco, armas e munições.
 - d) A falta de recursos materiais constitui motivo suficiente para a perda ou a suspensão do poder familiar, devendo o Conselho Tutelar, neste caso específico, tomar as medidas cabíveis para a colocação da criança ou do adolescente em família substituta.
 - e) Nos casos de suspeita ou confirmação de castigo físico, de tratamento cruel ou degradante e de maus tratos contra criança ou adolescente é facultada a comunicação ao Conselho Tutelar.



CMDCA

Conselho Municipal dos Direitos
da Criança e do Adolescente



Município de Paulo Frontin/ PR

3. Antonieta é convidada a ministrar uma capacitação para conselheiros tutelares no Município Ômega, dentre os assuntos abordados estão as atribuições do Conselho Tutelar. De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente estão dentre as atribuições do Conselho Tutelar:

- a) Aplicar aos pais ou responsáveis a medida de suspensão ou destituição do Poder Familiar.
- b) Promover e incentivar nas escolas, treinamento para o reconhecimento de sintomas de maus tratos em crianças e adolescentes.
- c) Encaminhar à autoridade policial notícia de fato que constitua infração penal praticada por criança ou adolescente.
- d) **Requisitar serviços públicos nas áreas de saúde, educação, serviço social, previdência, trabalho e segurança.**
- e) Assessorar o Poder Legislativo na elaboração da proposta orçamentária para planos e programas de atendimento dos direitos da criança, adolescente e idosos.

4. Em relação a adoção assinale a alternativa correta:

- a) Serão cadastrados para adoção recém-nascidos e crianças acolhidas não procuradas por suas famílias no prazo de 05 (cinco) dias, contado a partir do dia do acolhimento.
- b) É permitida a adoção por procuração.
- c) Podem adotar os maiores de 20 (vinte) anos, independentemente do estado civil.
- d) Na certidão de nascimento constará que a criança ou adolescente é adotado.
- e) **No caso do adotando possuir mais de 12 (doze) anos é necessário o seu consentimento quanto a adoção.**

5. O parágrafo único do artigo 18 – A do Estatuto da Criança e do Adolescente, considera o castigo físico como ação de natureza disciplinar ou punitiva aplicada com o uso da força física sobre a criança ou o adolescente que resultem em:

- I – Sofrimento físico.
- II – Lesão.
- III – Conduta humilhante.
- IV – Ridicularização.

Está correto o que se afirma em:

- a) Somente II e IV



CMDCA

Conselho Municipal dos Direitos
da Criança e do Adolescente



Município de Paulo Frontin/ PR

b) Somente I, II e III

c) Somente I e II

d) Somente I, II, III e IV

e) Somente II, III e IV

6. Marcos (08 anos) e Daniel (13 anos) e foram flagrados furtando um supermercado. Juridicamente é correto afirmar que:

a) Marcos em razão da sua idade não pratica ato infracional.

b) Daniel em razão da sua idade não pratica ato infracional.

c) Marcos e Daniel em razão da sua idade não praticam ato infracional.

d) Marcos e Daniel praticam ato infracional e estão sujeitos a cumprirem as mesmas medidas.

e) Marcos e Daniel praticam ato infracional e em razão da idade, cumprirão medidas distintas.

7. Os professores de uma escola do ensino fundamental do Município Ômega participaram de uma palestra aonde foi informado que as escolas são obrigadas a relatar maus-tratos envolvendo seus alunos, conforme previsto no artigo 56 do Estatuto da Criança e do Adolescente. Com esta informação, uma professora procurou o diretor da escola e relatou estar desconfiada que um de seus alunos estava sendo vítima de maus-tratos, o qual acertadamente orientou a professora a:

a) Comunicar o Conselho Tutelar.

b) Conversar com o aluno para que este confirme a sua suspeita.

c) Procurar os pais ou responsáveis para confirmar ou não a sua suspeita.

d) Comunicar o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

e) Por se tratar somente de uma suspeita, deve manter sigilo da situação.

8. Do direito a profissionalização e à proteção no trabalho é correto afirmar:

a) Ao adolescente até 17 (dezessete) anos é assegurada bolsa de aprendizagem.

b) É permitido o trabalho realizado entre as 22 horas de um dia e as 5 horas do dia seguinte, mediante o pagamento de adicional e hora extra, se for o caso.

c) É proibido o trabalho de adolescente com deficiência.

d) A remuneração que o adolescente recebe pelo trabalho efetuado ou a participação na venda dos produtos do seu trabalho desifigura o caráter educativo.



CMDCA

Conselho Municipal dos Direitos
da Criança e do Adolescente



Município de Paulo Frontin/ PR

e) Ao adolescente aprendiz, maior de 14 (quatorze) anos de idade, é assegurado os direitos trabalhistas e previdenciários.

9. De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente, no que se refere ao direito à vida e à saúde é correto afirmar:

a) As mulheres que possuem plano de saúde não tem assegurado o acesso aos programas e às políticas de saúde da mulher e de planejamento reprodutivo e, às gestantes, nutrição adequada, atenção humanizada à gravidez, ao parto e ao puerpério e atendimento pré-natal, perinatal e pós natal integral no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS.

b) A criança e o adolescente têm direito a proteção à vida e à saúde, mediante a efetivação de políticas sociais públicas que permitam o nascimento e o desenvolvimento sadio e harmonioso, em condições dignas de existência.

c) É facultado o encaminhamento das gestante ou mães que manifestem interesse em entregar seus filhos para adoção à Justiça da Infância e da Juventude.

d) Compete ao Conselho Tutelar fazer a busca ativa da gestante que não iniciar ou que abandonar as consultas de pré-natal, bem como da puérpera que não comparecer às consultas pós-parto.

e) Somente as gestantes e parturientes em situação de risco é assegurado o direito a 01 (um) acompanhante de sua preferência desde o pré-natal até o pós-parto.

10. Conforme previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente, o Conselho Tutelar tem caráter:

a) Jurisdicional, e em cada Comarca haverá no mínimo 01 (um) Conselho Tutelar como órgão integrante do Poder Judiciário Estadual, composto por 05 (cinco) membros, escolhidos pelo Presidente do Tribunal de Justiça para mandato de 04 (quatro) anos, sendo vedada a recondução.

b) Jurisdicional, e em cada Município haverá no mínimo 01 (um) Conselho Tutelar como órgão integrante do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, composto por 03 (três) membros, preferencialmente indicados pelo Poder Executivo para mandato de 02 (dois) anos, permitida uma recondução.

c) Não jurisdicional, e em cada Município haverá no mínimo 01 (um) Conselho Tutelar como órgão integrante da administração pública local, composto por 05 (cinco) membros,



CMDCA

Conselho Municipal dos Direitos
da Criança e do Adolescente



Município de Paulo Frontin/ PR

escolhidos pela população local para mandato de 04 (quatro) anos, permitida recondução por novos processos de escolha.

d) Não jurisdicional, e em cada Município haverá no mínimo 01 (um) Conselho Tutelar como órgão integrante do Poder Legislativo, composto por 07 (sete) membros, escolhidos pela população local para mandato de 02 (dois) anos, permitida recondução por novos processos de escolha.

e) Não jurisdicional, e em cada Município haverá no mínimo 02 (dois) Conselhos Tutelares como órgão integrante do Poder Executivo Estadual, composto por 05 (cinco) membros, escolhidos pelos deputados para mandato de 03 (três) anos, não sendo permitida a recondução.

11. Marcos e Carolina, genitores de cinco crianças, são acompanhados há mais de 02 (dois) anos pela rede municipal de proteção e enfrentamento às violências do Município Ômega: Saúde, Educação, Assistência Social e Conselho Tutelar. O núcleo familiar vive em condições precárias, Marcos trabalha por dia, enfrenta dificuldade financeira, há notícias que as crianças constantemente apresentam piolho, falta nas aulas e falta de higiene pessoal. A família está atendendo os encaminhamentos realizados pela rede de proteção. Durante o acompanhamento de rotina, a conselheira tutelar Marina, decide aplicar a medida protetiva de acolhimento institucional, afastando as crianças do convívio familiar. Os pais, discordando da atuação da Conselheira Tutelar procuraram a defensoria pública para orientações.

A partir dos fatos narrados e de acordo com o disposto no Estatuto da Criança e do Adolescente, a atitude da conselheira tutelar foi:

a) Correta, afinal, o simples fato de enfrentarem dificuldade financeira é suficiente para ser realizado o acolhimento institucional.

b) Equivocada, pois o Conselho Tutelar, precisa ter autorização do Ministério Público para exercer as suas atribuições legais, inclusive a aplicação de medidas protetivas.

c) Correta, pois a negligência apresentada nessa situação, configura situação emergencial, justificando o acolhimento pelo Conselho Tutelar.

d) Correta, em razão da autonomia conferida ao Conselho Tutelar a medida protetiva de acolhimento pode ser aplicada em qualquer situação.

e) Equivocada, pois o afastamento do convívio familiar é de competência exclusiva da autoridade judiciária, o acolhimento institucional de crianças e adolescente sem prévia



CMDCA

Conselho Municipal dos Direitos
da Criança e do Adolescente



Município de Paulo Frontin/ PR

autorização judicial somente podem ocorrer somente em casos de urgência devendo o fato ser comunicado à autoridade judicial em até 24 horas.

12. De acordo com a Lei Municipal 1.036/2015, não é competência do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) de Paulo Frontin:

a) Formular, acompanhar, monitorar e avaliar a Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, fixando prioridades para a consecução das ações, a captação e a aplicação de recursos.

b) Conhecer a realidade e elaborar o plano de ação anual do Governo do Estado do Paraná.

c) Regulamentar, organizar e coordenar, bem como adotar todas as providencias que julgar cabíveis, para a eleição e a posse dos membros do CMDCA e do Conselho Tutelar do Município.

d) Estabelecer critérios, estratégias e meios de fiscalização das ações governamentais e não governamentais dirigidas à infância e à adolescência no âmbito do Município que possam afetar suas deliberações.

e) Gerir o Fundo Municipal da Infância e Adolescência – FIA no sentido de definir a utilização dos recursos alocados no Fundo, por meio de Plano de Trabalho e Aplicação, fiscalizando a respectiva execução.

13. A Lei Municipal 1.036/2015 dispõe em seu artigo 35 enquanto deveres do Conselheiro Tutelar, na sua condição de agente público, EXCETO:

a) Realizar suas atribuições com eficiência, zelo, presteza, dedicação, e rendimento funcional, sugerindo providências à melhoria e aperfeiçoamento da função.

b) Agir com probidade, moralidade e impessoalidade procedendo de modo adequado às exigências da função, com atitudes leais, éticas e honestas, mantendo espírito de cooperação e solidariedade com os colegas de trabalho, tratando a todos com urbanidade, decoro e respeito.

c) Em qualquer caso, a atuação do membro do Conselho Tutelar será voltada à defesa dos direitos fundamentais das crianças e adolescentes, devendo individualmente, tomar as medidas necessárias à proteção integral que lhe é devida.

d) Tratar com urbanidade os interessados, testemunhas, funcionários e auxiliares do Conselho Tutelar e dos demais integrantes dos órgãos de defesa dos direitos da criança e do adolescente.



CMDCA

Conselho Municipal dos Direitos
da Criança e do Adolescente



Município de Paulo Frontin/ PR

e) Zelar pelo prestígio da instituição.

14. A Lei Municipal 1.036/2015 institui o _____, com jurisdição em todo _____, como órgão _____, _____ e _____ das ações da Política Municipal de Atendimento dos Direitos da _____, no sentido da sua efetiva implantação, em respeito ao princípio constitucional da _____ à criança e ao adolescente e às disposições da Lei 8.069/90.

Assinale a alternativa que completa corretamente a lacuna:

- a) CEDCA, o Município de Paulo Frontin, deliberativo, orientativo, fiscalizador, pessoa idosa, prioridade absoluta.
- b) Conselho Tutelar, o Estado do Paraná, consultivo, controlador, fiscalizador, criança, do adolescente e da pessoa idosa, prioridade secundária.
- c) CMDCA, o Brasil, regulador, fiscalizador e punitivo, criança e do adolescente, prioridade absoluta.
- d) Conselho Tutelar e CMDCA, o Município de Paulo Frontin, legislativo, fiscalizador e punitivo, criança e do adolescente, prioridade secundária.
- e) CMDCA, o Município de Paulo Frontin, deliberativo, controlador, fiscalizador, criança e do adolescente, prioridade absoluta.**

15. De acordo com a Lei Municipal 1.036/2015, o Conselho Tutelar deve encaminhar mensalmente a escala de sobreaviso de trabalho para quais órgãos:

- a) CMDCA, Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura de Paulo Frontin, Rede de Atendimento e Proteção da Criança e do Adolescente de Paulo Frontin, Ministério Público, Polícia Militar e Polícia Civil.**
- b) Ministério Público e Poder Judiciário.
- c) CMDCA e Rede de Atendimento e Proteção da Criança e do Adolescente de Paulo Frontin.
- d) Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura de Paulo Frontin e Câmara de Vereadores.
- e) Não há previsão de encaminhamento da escala de sobreaviso.